

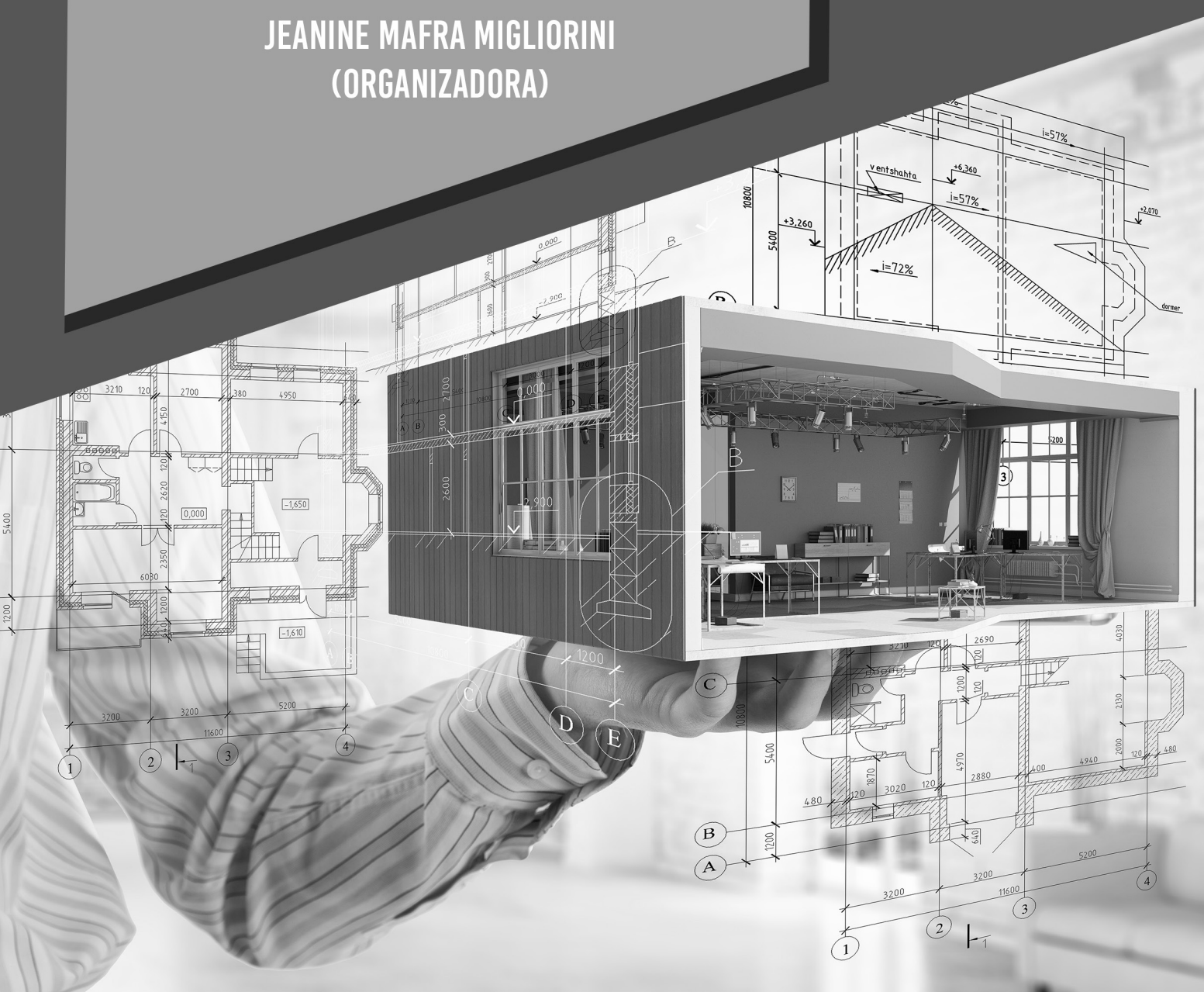
ARQUITETURA E URBANISMO: ABORDAGEM ABRANGENTE E POLIVALENTE 2

JEANINE MAFRA MIGLIORINI
(ORGANIZADORA)



ARQUITETURA E URBANISMO: ABORDAGEM ABRANGENTE E POLIVALENTE 2

JEANINE MAFRA MIGLIORINI
(ORGANIZADORA)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico

Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais

Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo

Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas

Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia

Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases

Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil

Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita

Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí

Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora

Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé

Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo

Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária

Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná

Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina

Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College

Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social

Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe

Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay

Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA

Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará

Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás

Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe

Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados

Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná

Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Arquitetura e urbanismo: abordagem abrangente e polivalente

2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Jeanine Mafra Migliorini

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : abordagem abrangente e polivalente 2 / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-196-1

DOI 10.22533/at.ed.954202407

1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Ao estudar e escrever sobre arquitetura nos deparamos com um universo que vai além da ciência, essa realidade abrange acima de tudo o social, uma vez que a arquitetura é feita para o homem exercer seu direito ao espaço, da maneira mais confortável possível. O conceito do que é exatamente esse conforto muda significativamente com o passar dos tempos. Novas realidades, novos contextos, novas tecnologias, enfim, uma nova sociedade que exige transformações no seu espaço de viver.

Algumas dessas transformações acontecem pela necessidade humana, outras, cada vez mais evidentes, pela necessidade ambiental. Um planeta que precisa ser habitado com consciência, de que nossas ações sobre o espaço possuem consequências diretas sobre nosso dia a dia. Esta discussão é necessária e urgente, nossos modos de construir, de ocupar devem estar em consonância com o que o meio tem a nos oferecer, sem prejuízo para as futuras gerações.

As discussões sobre essa sustentabilidade vão desde o destino e uso das edificações mais antigas, que são parte de nosso patrimônio e são também produto que pode gerar impactos ambientais negativos se não bem utilizados; do desaparecimento ou a luta pela manutenção da arquitetura vernacular, que respeita o meio ambiente, à aplicação de novas tecnologias em prol de construções social e ecologicamente corretas.

Não ficam de fora as abordagens urbanas: da cidade viva, democrática, sustentável, mais preocupada com o bem estar do cidadão, dos seus espaços de vivência, de permanência e a forma como essas relações se instalam e se concretizam, com novas visões do urbano.

Para tratar dessas e outras tantas questões este livro foi dividido em dois volumes, tendo o primeiro o foco na arquitetura, no espaço construído e o segundo no urbano, nos grandes espaços de viver, na malha que recebe a arquitetura.

No primeiro volume um percurso que se inicia na história, nos espaços já vividos. Na sequência abordam as questões tão pertinentes da sustentabilidade, para finalizar apresentando novas formas de produzir esse espaço e seus elementos, com qualidade e atendendo a nova realidade que vivemos.

No segundo volume os espaços verdes, áreas públicas, iniciam o livro, que passa por discussões acerca de espaços já consolidados e suas transformações, pela discussão sobre a morfologia urbana e de estratégias possíveis de intervenção nesses espaços, também em busca da sustentabilidade ambiental e social.

Todas as discussões acabam por abordar, na sua essência o fazer com qualidade, com respeito, com consciência, essa deve ser a premissa de qualquer estudo que envolva a arquitetura e os espaços do viver.

Jeanine Maфра Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ÁREAS DE PRESERVAÇÃO E URBANIZAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO LITORAL PAULISTA	
Isabella Silva de Serro Azul Gabriela Sayuri Durante Samuel Bertrand Melo Nazareth	
DOI 10.22533/at.ed.9542024071	
CAPÍTULO 2	13
ANÁLISE MORFOLÓGICA DE PADRÕES ESPACIAIS DA VEGETAÇÃO NATIVA REMANESCENTE DO MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS, MG, COMO SUBSÍDIO PARA CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA VERDE	
Leandro Letti da Silva Araújo Evandro Ziggiatti Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.9542024072	
CAPÍTULO 3	30
EVOLUCIÓN DE LAS TIPOLOGÍAS DE ESPACIOS VERDES PÚBLICOS EN EL PAISAJE URBANO. RESCATE DE LA MEMORIA VEGETAL EN VALPARAÍSO	
Cristóbal Cox Bordalí Constanza Jara Herrera	
DOI 10.22533/at.ed.9542024073	
CAPÍTULO 4	63
ARBORIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS EM IRUPI-ES: UMA ANÁLISE DA MORFOLOGIA URBANA DOS BAIROS CAROLINO BARBOSA E JOÃO BUTICA	
Eduardo Machado da Silva Wagner de Azêvedo Dornellas	
DOI 10.22533/at.ed.9542024074	
CAPÍTULO 5	88
PERCEPÇÃO AMBIENTAL E ANÁLISE MORFO-ESPACIAL DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS: UM ESTUDO EM CIDADES DE MÉDIO PORTE NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
trícia Caroline da Silva Santana	
DOI 10.22533/at.ed.9542024075	
CAPÍTULO 6	102
ENTRE BELÉM/PA E RECIFE/PE, TERRITÓRIOS DESENHADOS EM PROCESSOS RESTRITIVOS, PERMISSIVOS, OCULTOS E PACTUADOS À LEGISLAÇÃO URBANO AMBIENTAL	
Ramon Fortunato Gomes Ricardo Batista Bitencourt	
DOI 10.22533/at.ed.9542024076	
CAPÍTULO 7	116
PROJETO E PLANEJAMENTO URBANOS FRENTE AOS PARADIGMAS ECOLÓGICOS DA AGRICULTURA URBANA	
Bruno Fernandes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9542024077	

CAPÍTULO 8	129
A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DE SANTOS E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO DE 1532 A 1930	
Hilmar Diniz Paiva Filho Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.9542024078	
CAPÍTULO 9	145
PATRONES DE LOCALIZACIÓN E INSTALACIÓN DE INFRAESTRUCTURA RELIGIOSA CATÓLICA EN SANTIAGO DE CHILE. 1850 – 1950	
Mirtha Pallarés-Torres Maria Eugenia Pallarés-Torres Jing Chang Lou	
DOI 10.22533/at.ed.9542024079	
CAPÍTULO 10	159
ESTUDO DE UM FRAGMENTO URBANO: O BAIRRO-JARDIM CHÁCARA FLORA, SÃO PAULO	
Luciana Monzillo de Oliveira Maria Pronin	
DOI 10.22533/at.ed.95420240710	
CAPÍTULO 11	175
MARCAS E MATRIZES DA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM URBANA NO ALTO DA BOA VISTA, RIO DE JANEIRO	
Leonardo Rodrigues Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.95420240711	
CAPÍTULO 12	187
CEAGESP: RECONVERSÃO E PROJETO URBANO?	
Bárbara Pereira Baptista Nadia Somekh	
DOI 10.22533/at.ed.95420240712	
CAPÍTULO 13	203
A EVOLUÇÃO DAS INTERVENÇÕES URBANAS SOBRE A CONFORMAÇÃO DA PAISAGEM DE UMA CENTRALIDADE LINEAR: AVENIDA REBOUÇAS, EM SÃO PAULO	
Maria Pronin Luciana Monzillo de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.95420240713	
CAPÍTULO 14	219
AFINAL, O QUE SÃO ECOVILAS? EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO	
Juliana Viégas de Lima Valverde	
DOI 10.22533/at.ed.95420240714	
CAPÍTULO 15	233
ESTRATÉGIAS DE PROJETO PARTICIPATIVO EM ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL	
Júlio Barretto Gadelha Tomaz Amaral Lotufo	
DOI 10.22533/at.ed.95420240715	

CAPÍTULO 16	267
MOBILIDADE ATIVA E CAMINHABILIDADE: ENSAIO PROJETUAL NA AV. JAIR DE ANDRADE	
Mateus Marcarini Zon	
Larissa Leticia Andara Ramos	
Laura Lopes Akel	
Natália Brisa do Nascimento Santos	
DOI 10.22533/at.ed.95420240716	
CAPÍTULO 17	279
PRÁTICAS URBANAS CRIATIVAS: ESTUDO, ANÁLISE E IMPACTO DE AÇÕES TÁTICAS NO ESPAÇO PÚBLICO	
Carolina Vitória Ortenzi Bortolozzo Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.95420240717	
CAPÍTULO 18	296
GESTÃO URBANA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: REFLEXÃO EM TEMPOS DE DISSENSO	
Andre Reis Balsini	
DOI 10.22533/at.ed.95420240718	
SOBRE A ORGANIZADORA	309
ÍNDICE REMISSIVO	310

GESTÃO URBANA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: REFLEXÃO EM TEMPOS DE DISSENSO

Data de aceite: 05/07/2020

URBAN MANAGEMENT AND SOCIAL PARTICIPATION: REFLECTION IN DISSENSION TIMES

Andre Reis Balsini

Universidade Presbiteriana Mackenzie, PPGAU,
São Paulo, SP; Universidade Nove de Julho,
Curso de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, SP.
<http://lattes.cnpq.br/0115527277877070>

RESUMO: Partindo de uma leitura de contexto onde se apresenta uma crise de diálogo, o artigo aborda o tema da gestão urbana e da participação social, reafirmando sua importância com base em argumentos de autores como ASCHER (2010) e BOURDIN (2001), e observando a sua inserção em marcos legais das políticas urbanas, como o Estatuto das Cidades (2001) e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (2014). Reportando-se aos compromissos assumidos pela Nova Agenda Urbana (UN-HABITAT III, 2017), o artigo coloca em perspectiva a necessidade de contínuo aprimoramento dos mecanismos participativos, a partir de uma revisão crítica, objetivando colaborar para um melhor equacionamento das problemáticas inerentes à alteridade e à diversidade urbanas.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão urbana, cidade, políticas públicas, participação social, diálogo.

ABSTRACT: From a contextual reading in which a dialogue crisis is presented, the article addresses the theme of urban management and social participation, reaffirming its importance from the arguments of authors such as ASCHER (2010) and BOURDIN (2001), and observing the insertion of the theme in legal frameworks of urban policies, such as the Statute of Cities (2001) and the Strategic Master Plan of the Municipality of São Paulo (2014). Referring to the agreed commitments of the New Urban Agenda (UN-HABITAT III, 2017), the article puts in perspective the need for continuous improvement of participatory mechanisms based on a critical review, aiming to contribute to a better equation of the problems inherent to otherness and urban diversity.

KEYWORDS: Urban management, city, public policy, social participation, dialogue.

1 | INTRODUÇÃO

Escrevendo sobre os princípios para um novo urbanismo, F. Ascher (2010) aponta que a diversidade de interesses e demandas

sociais da metrópole amplia as dificuldades para a materialização de uma agenda urbana estável, que seja mediadora de interesses compartilhados e conte com uma aceitação ampla e efetiva de uma maioria. Nesse contexto, a “identificação e formulação dos problemas, de negociação das condições, assumem uma importância crescente e decisiva” (2010, p.91). Nas políticas públicas para a cidade a participação social torna-se essencial sob diversas formas. Nesse quadro, processos de planejamento e intervenção de longa duração resultam conflitantes dentro do cenário brasileiro atual. Em um contexto de dificuldades para uma conciliação geral de interesses, as questões éticas assumem relevância no exercício profissional dos arquitetos e urbanistas. “O neourbanismo privilegia a negociação” (ibid, p. 92).

A participação social está em debate, o que justifica contextualizar a discussão proposta pelo artigo, em relação ao momento político brasileiro. Dessa perspectiva, observamos o Decreto nº 9.759 (BRASIL, 2019), que extingue colegiados ligados à administração pública federal. O ato executivo revoga o Decreto nº 8.243 (BRASIL, 2014), que instituía a PNPS – Política Nacional de Participação Social, e o SNPS – Sistema Nacional de Participação Social. Em seu Artigo 1, a PNPS pretendia “fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil”. Entre os instrumentos da PNPS estavam os “Conselhos de políticas públicas”, instâncias permanentes de diálogo entre governo e a sociedade civil, e as “mesas de diálogo”, que objetivavam prevenir, mediar e solucionar conflitos sociais.

A descontinuidade das políticas de participação social gera incertezas e questionamentos sobre o futuro das políticas públicas urbanas. Por outro lado, os eventos políticos tornam contundentes as críticas. Seja ao “excesso de colegiados” e aos “colegiados supérfluos”, seja a uma onerosa participação de agentes públicos nessas agendas. Críticas há também à sobreposição de competências e à geração de passivos administrativos e judiciais. Outra, diz respeito ao uso recorrente dos colegiados por “grupos de pressão” para ações políticas direcionadas. Todos esses pontos estão citados nas justificativas anexas ao Decreto nº 9.759, de 2019.

Buscando pensar as problemáticas inerentes à alteridade e diversidade urbanas e buscando colaborar para uma instrumentalização assertiva da gestão urbana democrática, o artigo objetiva fazer uma reflexão sobre o atual contexto de inserção das instâncias de participação social, em particular daquelas que tratam do planejamento das cidades. Afinal, como pensar um projeto para o futuro das nossas cidades que esteja dissociado da participação da sociedade e dos princípios de gestão democrática? Em um contexto de crítica e dissenso, como pensar no aperfeiçoamento das instâncias participativas enquanto instrumentos de governança das cidades?

O artigo aborda a questão da participação social desde uma perspectiva de gestão urbana, em que planejamento e projeto buscam se adequar a uma realidade urbana caracterizada pela complexidade, diversidade de demandas e alteridade de sujeitos. A

partir de um contexto de crise política, de dissenso e recusa ao diálogo, o texto aborda o tema da gestão democrática, destacada a partir dos argumentos de autores como Ascher (2010) e Bourdin (2001), e das diretrizes propostas pela **Nova Agenda Urbana** (UN-HABITAT III, 2017). Para questionar a forma com que a participação social tem colaborado com a governança das cidades, o artigo revisa a sua inserção em marcos legais das políticas urbanas: no Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001) e no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (SÃO PAULO, 2014). O artigo objetiva apontar elementos para uma revisão crítica dos processos participativos, diante da necessidade de contínuo aprimoramento dos mecanismos de participação social. Por fim, coloca em perspectiva a possibilidade de aprimorar os mecanismos de participação social, a partir de um conhecimento aprofundado de suas formas de atuação e da aferição dos resultados efetivos obtidos pelas instâncias participativas.

2 | GESTÃO URBANA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

No texto da **Nova Agenda Urbana** (UN-HABITAT III, 2017) os compromissos assumidos pelos signatários miram o futuro das metrópoles e se dividem em cinco pilares de implementação: as políticas urbanas nacionais; a legislação e a regulamentação urbana; o planejamento e o projeto urbano; a economia local e as finanças municipais; e a implementação local. A participação social é assinalada como fundamento de uma visão compartilhada e de compromisso entre as ações de implementação da agenda. Como resultado, a **Nova Agenda Urbana** propõe colocar as pessoas no centro do processo decisório, buscando um caráter universal para suas diretrizes e enfatiza a necessidade de estabelecer prioridades estratégicas para as políticas públicas.

As cidades, por um lado, são sujeitas à influência do capital globalizado e, por outro lado, são caracterizadas por conflitos e tensões entre uma diversidade de grupos sociais em disputa por espaços cada vez mais segregados. Um cenário que tende a se tornar ainda mais complexo segundo as previsões de crescimento da população metropolitana mundial. Esta perspectiva futura coloca a questão da *polis* como emergente, prioritária. Por outro lado, no contexto atual, as novas tecnologias se inserem em novas lógicas administrativas, colaborativas e participativas. A própria formulação da **Nova Agenda Urbana** figura como exemplo, considerando que suas diretrizes e recomendações foram resultantes de um processo preparatório amplo, de engajamento e participação multilateral, em que figuram de forma destacada os *urban dialogues*, uma série de discussões e fóruns on-line que ocorreram paralelamente ao encontro da UN-HABITAT III. A iniciativa reuniu pontos de vista de todo o público e atores interessados, de modo a registrar um panorama atualizado e emergente sobre as questões urbanas contemporâneas.

Potencialidades e desafios emergem desse contexto, em que os temas urbanos conflituosos salientam as dificuldades de se alcançar consensos. A solução pelo diálogo

aponta para um caminho de legitimidade, ao mesmo tempo em que o respeito ao outro, como questão ética, se impõe como um tema urgente. Partindo de uma apropriação de valores compartilhados e da busca de potencialidades para o consenso social, elementos de uma nova **práxis** podem tomar forma na sociedade urbana organizada, e se materializar em conformidade com seu tempo e espaço. Bliacheriene (2019) fala sobre a superação da ética presente por uma ética da responsabilidade, e sublinha a importância da ideia de **empatia**. Em um cenário de alteridade, as representações de valores éticos variam entre os diversos grupos sociais.

3 | A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O ESTATUTO DA CIDADE

No Brasil, a luta pela reforma urbana remonta a década de 1960. Hoje, o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10257, de 2001, figura como o principal marco da legislação urbana brasileira. Sua origem está nos debates referentes à lei de Desenvolvimento Urbano, que começava a ser discutida na Câmara dos Deputados na década de 1980, após apresentação de anteprojeto de lei pelo CNDU – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano. A partir da Constituição Federal, de 1988 (Artigos 182-183), temos um cenário de avanços nas questões urbanísticas, particularmente em relação aos limites do direito de propriedade e ao cumprimento da função social das cidades (SOMEKH, 2008). Por outro lado, Alvim (2019) sublinha que o principal desafio em relação às políticas urbanas diz respeito à forma de sua implementação e também da “integração entre tais políticas, de tal modo, que seja possível equacionar conflitos ocorridos em especial em áreas intensamente urbanizadas” (2019, p.620).

Dos vários instrumentos propostos pelo Estatuto da Cidade, o artigo destaca aqueles que garantem amplo espaço de participação social na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. “Uma nova estratégia de gestão é formulada, incorporando a ideia de participação direta do cidadão em processos de construção dos destinos da cidade” (SOMEKH, 2008). O Estatuto da Cidade se fundamenta na valorização das questões locais para a solução de problemas urbanos de crescente complexidade, estabelecendo uma nova forma de atuação caracterizada pelos princípios da gestão democrática, definida “por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade” (Art. 2). São instrumentos previstos os órgãos colegiados de política urbana (em nível nacional, regional e municipal), as consultas, os debates e audiências públicas, as conferências sobre temas relativos às cidades, e as iniciativas populares de projetos de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (Art. 43). A Operação Urbana Consorciada, por sua vez, define um conjunto de intervenções e medidas coordenadas pela gestão municipal, com a participação de investidores privados,

proprietários, moradores, e usuários permanentes do local de intervenção. Ou seja, um instrumento que prevê, em seu processo de elaboração, a participação de diferentes atores e grupos sociais.

O contexto atual recomenda que os projetos urbanos sejam feitos de forma articulada, através da mobilização de agentes econômicos e sociais interessados nas intervenções urbanas conduzidas pelo poder público. A pertinência, sucesso e alcance desses projetos são uma forma de construção social, que necessita de mobilização da sociedade civil. Para serem efetivos e representativos, os projetos urbanos devem se valer, em grande medida, de uma gestão urbana que viabilize uma construção coletiva do espaço público. Hoje, as melhores práticas de governança, a nível internacional, recomendam a “criação de uma agência que articule poder público e iniciativa privada”, incentivando e mediando os mecanismos de participação social de forma a alcançar uma gestão urbana competente (SOMEKH, 2008).

4 | A PARTICIPAÇÃO SOCIAL PREVISTA NO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DE SÃO PAULO

A Gestão Democrática se insere entre os princípios norteadores da Política de Desenvolvimento Urbano e do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei nº 16.050, de 31 de Julho de 2014), sendo definida em seu Art. 5º, que garante a participação de “diferentes segmentos da população, diretamente ou por intermédio de associações representativas”. Sua aplicação está prevista no PDE de forma ampla e associada a questões estratégicas para o desenvolvimento urbano, como a realização de investimentos públicos e a implementação de planos, programas e projetos de intervenção, conforme estabelece o PDE em seu Artigo 318.

A participação social está prevista no PDE principalmente através da atuação de Conselhos Participativos Municipais e Conselhos de Representantes das Subprefeituras (Art. 325). Está vinculada aos objetivos prioritários dos mais significativos instrumentos de planejamento urbano, como os PIU – Projetos de Intervenção Urbana, incluindo as “operações urbanas, as áreas de intervenção urbana, áreas de estruturação local e concessão urbanística” (Art. 136). Se aplica ainda aos EIV/RIV – Estudos e Relatórios de Impacto de Vizinhança (Art. 151), e às AAE – Avaliações Ambientais Estratégicas (Art. 153), em ambos os casos, “colaborando para o processo de identificação e avaliação prévia de impactos ambientais decorrentes da implementação de políticas, planos ou programas de intervenção urbana”. É estratégica a previsão de participação social na elaboração e implementação dos Planos de Bairro (Art. 347), em conformidade com os Núcleos de Planejamento de cada Subprefeitura. Cabe citar ainda a previsão de participação significativa da população na formulação e regulamentação dos TICP – Territórios de

Interesse da Cultura e da Paisagem (Art. 317), em que o PDE prevê a “criação de um Conselho Gestor paritário, com representantes do Poder Público e da sociedade civil” para atuação no âmbito das políticas voltadas à cultura e ao Patrimônio da cidade (Art. 312).

No capítulo III do PDE são definidos os principais instrumentos previstos para a participação social da população, a exemplo das Iniciativas Populares de Planos, Programas e Projetos de Desenvolvimento Urbano (Art. 333), direcionadas à cidade como um todo ou ao território de uma Subprefeitura. No caso das Audiências Públicas (Art. 332), de uso recorrente na gestão municipal, se trata de instrumento de participação direta da população, interessada nas diversas intervenções sobre o território urbano. São previstas para o acompanhamento de “empreendimentos e atividades públicas e privadas de impacto urbanístico ou ambiental, para os quais sejam exigidos estudos e relatórios de impacto ambiental ou de vizinhança” (SÃO PAULO, 2014) São complementadas por consultas públicas, oficinas, seminários e atividades formativas e de capacitação (Art. 336).

Os procedimentos de participação social relacionados a projetos específicos incluem: a apresentação de diagnóstico e programa de interesse público; a abertura de consulta pública através de plataforma online; diálogos colegiados entre Conselhos Municipais Setoriais e Subprefeituras; apresentação de projeto em desenvolvimento; apresentação de mapas interativos; reuniões temáticas (junto aos setores mobiliário e empresarial, associações comerciais, setor acadêmico, movimentos de moradia, associações de moradores, movimentos cicloativistas, etc); audiências públicas; apresentação de formato final do projeto; e devolutivas.

O PDE foi elaborado com base em uma dupla estratégia. Por um lado, estabelece o adensamento nas áreas urbanizadas e dotadas de infraestrutura, por outro lado, busca a contenção da expansão urbana nas áreas periféricas e ambientalmente sensíveis. A estruturação e transformação urbanas induzidas a partir de eixos urbanísticos localizados ao longo das principais vias de transporte da cidade, ao mesmo tempo em que pretende privilegiar essas áreas e ampliar sua capacidade de uso, também busca colaborar para uma menor pressão sobre a periferia, áreas de assentamentos precários e áreas de preservação ambiental (ALVIM, 2019). Em ambos os casos, adensamento ou contenção, o papel da gestão democrática incide sobre questões urbanas sensíveis, e é estratégico no sentido de localizar demandas, equacionar conflitos e mediar interesses divergentes.

Esse direcionamento do PDE fica evidenciado em seu Artigo 309, que recomenda “fortalecer as instâncias de participação e de controle da sociedade civil”, ação vinculada à estruturação dos Conselhos Municipais Setoriais nas suas diversas áreas de atuação. A participação social também é prevista no âmbito do PMH – Plano Municipal de Habitação (Art. 294), e nas políticas de produção habitacionais e de interesse social do Município. Assim, a participação social ganha contornos estratégicos, notadamente em relação à

transversalidade das políticas destinadas à uma diversidade de grupos sociais, ao processo de identificação e avaliação de impactos das propostas de intervenções urbanas, e aos objetivos de combate à exclusão e às desigualdades socioterritoriais.

5 | UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GOVERNANÇA DAS CIDADES

O artigo buscou, até este ponto, descrever um cenário relacionado à participação social, destacando seu papel estratégico e representativo, na medida em que os princípios de gestão democrática são incorporados a importantes marcos da política urbana. Convém aqui, retornar aos questionamentos que motivaram o texto, e pensar sobre a pertinência e funcionamento dessas instâncias participativas. Afinal, a gestão democrática e a participação social produzem resultados satisfatórios? Em um contexto político de crítica e dissenso, como pensar no aperfeiçoamento dos processos participativos enquanto instrumento de governança das cidades?

Em relação a esse cenário de complexidade metropolitana, A. Bourdin (2001), ao escrever sobre as questões relacionadas à governança local, vai usar o termo “participação impossível” para abordar a problemática em torno das instâncias participativas. Assinala que a participação dos cidadãos remete diretamente à uma noção de democracia local. Nessa perspectiva, exemplifica que o modelo suíço de votação teria sido anteriormente considerado ideal, em termos de participação direta, mas que os resultados obtidos teriam se revelado limitados, da mesma forma que a experiência francesa de consultas ocasionais sobre novos projetos. Argumenta que os melhores resultados seriam alcançados “quando se criam mecanismos de troca complexos entre os profissionais, os que tomam decisões e a população” (2001, p. 147), ressaltando que a forma acabada desses dispositivos ainda não foi devidamente desenvolvida. Cita os movimentos associativos, que ganharam força na década de 1970 como uma expressão significativa da sociedade civil, articulando interesses particulares e redefinindo o interesse comum, ao mesmo tempo, representativos e portadores de inovação.

Sua reflexão sinaliza, contudo, que o desenvolvimento sequente dos movimentos associativos acabaria por levar à situações controversas no que tange a própria finalidade das instâncias participativas. Segundo Bourdin, o “movimento de especialização e profissionalização das associações”, apesar de caracterizar grupos organizados de reconhecida competência e *know-how*, acabaria por afastar novamente os cidadãos “comuns” do processo participativo. Interesses particulares e conjunturais desses grupos indicariam a tendência a um *modus operandi* autocentrado. Dessa forma, sua visão estabelece um marco crítico às associações especializadas em comunicação e negociações políticas, mas que, no entanto, não estabelecem pontes efetivas com a população não organizada, através de “dispositivos convenientes de diálogo”. O argumento

do autor aponta para uma “crise de pactuação” que incidiria sobre o conjunto de atores representativos da cidade. Para a governança local, não se pode abrir mão da participação social, necessária ao bom êxito das intervenções no espaço urbano. Por outro lado, a organização das instâncias participativas não parece de todo satisfatória. “Verifica-se a cada dia o aumento da divergência contenciosa e a capacidade de um indivíduo isolado parar a ação pública, enquanto a multiplicação de dispositivos de ‘pactuação’ favorece mais do que limita este fenômeno” (ibid, p.147-148).

A. Bourdin indica três tipos de relações que se confundem em termos de participação social: a relação entre os cidadãos e os tomadores de decisões; a relação entre fornecedores e usuários; e a relação entre operadores e a vizinhança das operações. São questões interligadas e todas elas referentes à cidade, mas os conteúdos das relações não são os mesmos e, assim como os atores, os termos de cooperação ou de comunicação são diferenciados (BOURDIN, 2001).

Por sua vez, M.G. Gohn (2011), ao estudar a forma de atuação dos conselhos participativos na gestão pública e na implementação de políticas sociais urbanas, vai destacar que os conselhos municipais temáticos tem demonstrado estar entre as principais inovações recentemente implantadas na gestão municipal. Juntamente a uma maior interação entre governo e sociedade, os conselhos trouxeram consigo novas problemáticas e desafios políticos para a gestão urbana. “Os conselhos gestores são importantes porque são fruto de lutas e demandas populares e de pressões da sociedade civil pela redemocratização do país” (2011, p.88). Os conselhos dependem de leis ordinárias estaduais e municipais para sua implementação efetiva, o que significa que cenários políticos adversos podem comprometer o seu pleno estabelecimento. Outro ponto em questão é sobre o caráter deliberativo dos conselhos, preconizado pela lei federal. Pareceres oficiais tem restringido a ação dos conselhos a um nível meramente consultivo, sem poder de decisão ou deliberação, vinculados à gestão municipal como simples órgão auxiliares e opinativos, o que desvirtua o seu sentido originalmente previsto.

Entre as necessidades e lacunas apontadas na atuação dos conselhos participativos estão a falta de uma definição mais precisa de atribuições e competências, a criação de instrumentos jurídicos para apoio às deliberações, a definição mais precisa do papel participativo de representantes da sociedade civil, a necessidade de capacitação dos conselheiros, e a igualdade de condições para a participação de representantes da população. A ausência de capacitação em torno da elaboração e gestão de políticas públicas e a falta de representatividade de parcelas da população nos conselhos figuram entre as questões a serem equacionadas (GOHN, 2011).

As necessidades e lacunas apontam para um necessário aprimoramento, metodológico e normativo, das instâncias participativas e, em particular, dos conselhos. Nesse sentido, alguns autores tem buscado maneiras de aferir o desempenho e os resultados obtidos pelos mecanismos de participação. Desenvolvendo uma metodologia

estatística própria, Carlos, Silva, e Almeida (2018) analisam a efetividade dos conselhos de assistência social sobre a gestão da política setorial nos municípios brasileiros. Estabelecem uma correlação entre o desempenho da gestão pública e a efetividade da participação a partir da construção de dois índices: o Índice de Efetividade da Participação (IEP), que agrega indicadores que expressam o grau de institucionalização, a qualidade da deliberação e a qualidade da representação; e o Índice de Gestão Municipal (IGM), correspondente ao desempenho da governança municipal, mensurado por indicadores das capacidades técnico-administrativas, a gestão financeira, a gestão dos serviços, a estrutura administrativa, os programas e projetos, e a assistência social. Não cabendo neste artigo maior aprofundamento, cabe assinalar que, na correlação entre os índices, o nível de deliberação do IEP é o que produz mais efeitos positivos sobre o IGM, gerando maiores resultados efetivos para a gestão setorial (CARLOS, SILVA, ALMEIDA, 2018). Vale destacar aqui principalmente a iniciativa metodológica dos autores, o que recomenda a utilização ampliada dos índices no âmbito das demais instâncias participativas setoriais.

Outro estudo significativo é a pesquisa sobre *Conselhos Nacionais, perfil e atuação dos conselheiros*, desenvolvida pelo IPEA (2013), que se desenvolveu a partir de entrevistas com os participantes dos conselhos, e traça um perfil amplo e detalhado da composição e atuação dos conselhos participativos. Pontos fortes e aspectos a serem melhorados (considerando a visão dos próprios integrantes dos conselhos) podem ser analisados e avaliados a partir do estudo do IPEA, sugerindo caminhos para o aprimoramento das práticas de gestão participativa.

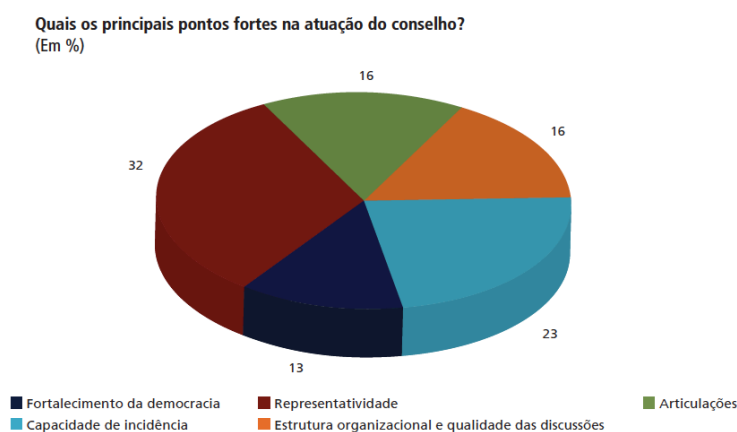


Figura 1: Pontos fortes na atuação dos Conselhos (%).

Fonte: IPEA (2013).

A partir de alguns gráficos selecionados, podemos observar como pontos fortes na atuação dos conselhos a representatividade e a capacidade de incidência política (figura 1). Em relação ao fortalecimento da democracia (figura 2), “os conselhos foram vistos por muitos participantes como um espaço importante de diálogo entre governo e sociedade civil” (2013, p.54). Por outro lado, a inserção dos conselhos no sistema de políticas

públicas aparece como aspecto a ser melhorado, juntamente com a qualidade do debate e a definição de prioridades (figura 3).

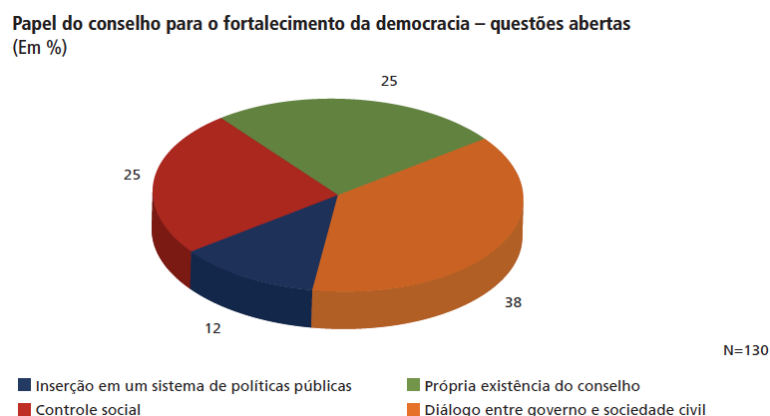


Figura 2: O papel dos conselhos na democracia (%).

Fonte: IPEA (2013).

Outro ponto a ser melhorado em relação à capacidade de incidência política, de acordo com parcela significativa dos conselheiros (31%), é o caráter deliberativo da atuação dos conselhos. Em sequência, são citadas as questões relativas à implementação (17%), acompanhamento (17%), e de políticas públicas. Como ponto forte de incidência política temos o aspecto dos agendamentos e pressões políticas (28%) a partir do espaço dos conselhos participativos (IPEA, 2013).

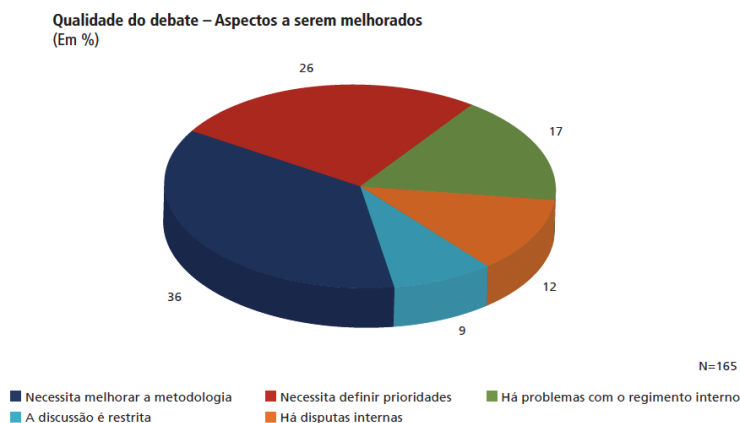


Figura 3: Qualidade do debate nos conselhos (%).

Fonte: IPEA (2013).

Em última análise, é importante salientar o papel das diversas instâncias participativas enquanto espaços de diálogo entre governo e sociedade civil. É fundamental pensar o aprimoramento dos mecanismos de gestão democrática a partir da ideia de qualificação e amadurecimento do diálogo político. Bohm (2005) diferencia o diálogo da discussão, em que o ponto fundamental é “ganhar o jogo”, fazer prevalecer apenas uma visão de mundo

particular e os pressupostos pertinentes a uma determinada identidade de grupo. No caso da discussão, há uma fragmentação de pontos de vista e uma dificuldade intrínseca para se alcançar o verdadeiro consenso. Nesse sentido, o diálogo não deve se confundir com discussões ou “*trade-offs*” – negociações, análises de custo-benefício, abrir mão de certos pontos em favor de outras vantagens – algo que está muitas vezes relacionado às práticas comuns das instâncias participativas.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os argumentos compilados neste artigo, a gestão democrática e a participação social são entendidas como fundamento para as políticas urbanas do século XXI, particularmente em relação ao contexto de alteridade e diversidade sociais presentes nas metrópoles.

No Brasil, o cenário atual aponta para uma crise do diálogo e para um questionamento dos mecanismos participativos e de gestão democrática. O quadro de dissenso político convida a repensar os processos de participação social e gestão horizontalizada. Há uma necessidade de registrar as críticas e, de forma coerente, buscar o aprimoramento contínuo dos processos participativos. A abertura ao diálogo é compreendida como uma questão ética. É preciso desenvolver um aprimoramento dialógico e participativo, que aponte para o amadurecimento de uma ética social de respeito à alteridade.

O contexto é de muitos desafios relacionados à gestão democrática das cidades e ao equacionamento de conflitos que derivam da alteridade dos sujeitos e da diversidade de demandas envolvidas. O artigo registra a importância da participação social na definição das políticas urbanas, conforme prevista no Estatuto das Cidades (2001) e no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (2014), marcos legais que trazem significativas inovações em termos representativos e estratégicos, e que se alinham às diretrizes multilaterais propostas pela **Nova Agenda Urbana** (UN-HABITAT III, 2017).

Sublinhando os argumentos de Bourdin (2001), da “participação impossível” à “crise de pactuação”, o artigo busca apontar elementos para uma revisão crítica dos processos participativos diante da necessidade de contínuo aprimoramento dos mecanismos de participação social. Busca por questões a serem aperfeiçoadas, como os aspectos de “capacitação” e de “representatividade” indicados por GOHN (2011). Coloca em perspectiva a possibilidade de aprimorar os mecanismos de participação a partir de um conhecimento aprofundado de suas formas de atuação, como registrado no perfil dos conselhos participativos publicado pelo IPEA (2013), em que são destacados pontos fortes e aspectos a serem melhorados. Mostra a possibilidade de aferição dos resultados obtidos pelas instâncias participativas, a partir do desenvolvimento de metodologias análogas ao Índice de Efetividade da Participação (IEP), de Carlos, Silva, e Almeida (2018).

Para um aprimoramento das práticas de gestão democrática, se observa a falta

de aprofundamento crítico sobre certos aspectos que são “mantidos inegociáveis e intocáveis” nesses contextos de interlocução, em que os assuntos são discutidos mas não efetivamente dialogados (BOHM, 2005). Atitudes de desconsideração aos processos participativos, especialmente quando partem dos gestores públicos, podem contribuir para um clima de ceticismo político. Entendemos haver uma contribuição potencial de sentido deontológico, e que depende de um comprometimento ético entre as partes envolvidas. A dimensão pública da cidade é compreendida como o elo capaz de conciliar uma diversidade de interesses. Nesse sentido é preciso aprimorar a interação dos diversos atores, sendo eles gestores públicos, representantes do setor privado ou representantes de grupos sociais que sejam atuantes nos processos participativos. A capacitação para o diálogo é recomendada para se atingir tal objetivo de modo à colaborar efetivamente para o equacionamento de conflitos e divergências, desde que incorporada entre os princípios e diretrizes de atuação das instâncias participativas, em particular pelos gestores públicos e responsáveis pela mediação desses processos.

A partir da reflexão proposta pelo artigo, se entende que o contínuo aprimoramento das instâncias participativas pode colaborar de forma efetiva para o amadurecimento de uma nova ética urbana e para o desenvolvimento de cidades futuras socialmente mais justas e coesas. Em tempos de novos modelos de democracia participativa e gestão horizontalizada, os processos de participação social seguem como etapas estratégicas para um melhor modelo de gestão urbana, onde a ética e o diálogo não podem figurar apenas como uma mera adequação do discurso.

REFERÊNCIAS

ALVIM, A. T. B. “Política pública, planejamento e gestão urbano-ambiental: os desafios da integração”. In: PHILIPPI JUNIOR, A.; BRUNA, G. C. (Ed.). **Gestão Urbana e Sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2019.

ASCHER, F. **Os novos princípios do urbanismo**. Tradução e apresentação: Nadia Somekh. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BLIACHERIENE, A. C. “Agenda 2030: ética e responsabilidade socioambiental na gestão das cidades do futuro”. In: PHILIPPI JUNIOR, A.; BRUNA, G. C. (Ed.). **Gestão Urbana e Sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2019.

BOHM, D. **Diálogo: comunicação e redes de convivência**. São Paulo: Palas Atena, 2005.

BOURDIN, A. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. **Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto das Cidades. Brasília: DF, 2001. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf?sequence=6%20Calizaya>. Acesso em: 20-05-2019.

_____. **Decreto Nº 8.243, De 23 De Maio De 2014**. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm. Acesso em:

13/05/19.

_____. **Decreto Nº 9.759, De 11 De Abril De 2019.** Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9759.htm. Acesso em: 13/05/19.

CARLOS, E., SILVA, R., ALMEIDA, C. (2018). *Participação e política pública: efetividade dos conselhos de assistência social na gestão da política.* In: **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 67, pp. 67-90. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v26n67/0104-4478-rsocp-26-67-0067.pdf>. Acesso em: 09/06/2019.

GOHN, M.G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**, São Paulo: Cortez, 2011.

IPEA, **Conselhos Nacionais Perfil e atuação dos conselheiros:** Relatório de Pesquisa. Brasília, IPEA : Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/relatoriofinal_perfil_conselhosnacionais.pdf. Acesso em: 09/06/2019.

SÃO PAULO (Município). **Lei Nº 16.050, De 31 De Julho De 2014.** Plano Diretor Estratégico. São Paulo, SP, 2014. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE-Suplemento-DOC/PDE_SUPLEMENTO-DOC.pdf. Acesso em: 19-05-2019.

SOMEKH, N. Projetos Urbanos e Estatuto da Cidade: limites e possibilidades. **Arquitextos**, São Paulo, ano 09, n. 097, Vitruvius, 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.097/131>. Acesso em: 01/06/2019.

UN-HABITAT III, **Nova Agenda Urbana**, 2017. Disponível em: <http://habitat3.org/the-new-urban-agenda/>. Acesso em: 08/06/2019.

SOBRE A ORGANIZADORA

JEANINE MAFRA MIGLIORINI - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em Tecnologia de Design de Interiores e em Tecnologia em Gastronomia pela Unicesumar; Especialista em História, Arte e Cultura, em Docência no Ensino Superior: Tecnologia Educacionais e Inovação e em Projeto de Interiores e Mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educadora há treze anos, iniciou na docência nos ensinos fundamental e médio na disciplina de Arte. Atualmente é professora no ensino superior da Unicesumar. Arquiteta e urbanista, desenvolve projetos arquitetônicos. Escolheu a Arquitetura Modernista de Ponta Grossa – PR como objeto de estudo, desde sua graduação.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura Urbana 116, 118, 122, 126

Análise Espacial 13

Arborização Urbana 24, 63, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 84, 85, 86, 87

Áreas Verdes 5, 21, 36, 37, 41, 42, 60, 63, 64, 65, 75, 82, 87, 101, 117, 162, 171, 195, 241

Assentamentos Sustentáveis 219

C

Calçada 79, 267, 276, 278, 291

Cambio Climático 30, 31, 37, 61

Caminhabilidade 259, 267, 269, 270, 272, 276, 278, 289

Cidade 5, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 16, 17, 18, 22, 64, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 84, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 103, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 125, 129, 130, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 159, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 212, 213, 215, 217, 231, 234, 235, 236, 237, 240, 241, 242, 243, 247, 248, 250, 255, 259, 260, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 276, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 299, 301, 303, 307, 308

Cidade-Jardim 159, 160, 162, 171

Comunidades Alternativas 219, 226, 232

Comunidades Intencionais 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 229, 231

Convívio Social 105, 188, 279, 280, 285, 286, 291

Crescimento Urbana 102

Cultura da Sustentabilidade 219

D

Desenvolvimento Sustentável 1, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 12, 86, 177, 224, 225, 231, 288, 294

E

Ecologia de Paisagens 13

Ecologia Urbana 116, 120, 121, 123, 125

Escola Sem Muros 234, 235, 236, 238, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 258, 260, 261, 262, 263, 264

Espaços Públicos 27, 84, 88, 89, 91, 92, 93, 97, 98, 100, 101, 204, 264, 267, 268, 269, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 288, 289, 290, 291, 292

Evolução Urbana 10, 129, 144

F

Fragmentação Espacial 13, 15, 27

G

Gestão Urbana 113, 291, 296, 297, 298, 300, 303, 307

H

História Urbana 176

I

Infraestrutura Religiosa Católica 145, 147, 153, 154, 155

Infraestrutura Verde 13, 14, 16, 21, 22, 24, 27, 28

L

Legislação Ambiental 15, 102

legislação Urbanística 102, 104, 109, 113

Lugar Público 279

M

Mobilidade Ativa 267, 269, 270, 272, 274, 276, 278

Morfologia Urbana 28, 63, 65, 88, 102, 103, 105, 107, 159, 160, 161, 173, 174, 186

O

Ocorrências Urbanas 102, 103, 105, 106, 107, 108

P

Paisagem 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 27, 28, 61, 65, 71, 112, 117, 119, 120, 121, 125, 127, 137, 162, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 203, 205, 253, 263, 281, 283, 293, 301

Paisaje Cultural 30, 32

Participação Social 90, 93, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 306, 307

Patrones de Localización 145, 151

Pedestre 5, 11, 12, 213, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 276, 278

Percepção 63, 71, 75, 87, 88, 91, 93, 98, 99, 100, 123, 124, 177, 178, 248, 253, 255, 259, 264, 270

Planejamento Urbano 5, 6, 64, 101, 102, 103, 104, 105, 110, 113, 116, 124, 125, 199, 240, 279, 282, 288, 291, 300

Políticas Públicas 1, 3, 4, 8, 11, 90, 105, 192, 240, 264, 282, 291, 296, 297, 298, 303, 304, 305
Práticas Urbanas Criativas 114, 279, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 291, 293, 294
Processamento de Imagens 13
Processo de Projeto 233, 234, 260
Projeto Urbano 98, 161, 187, 191, 200, 201, 298

Q

Qualidade do Espaço Urbano 203, 205, 210, 267

R

Reconversão 187, 191
Resiliência Urbana 116, 118, 123

S

Serviços do Ecossistema 116, 117, 118, 121, 122, 125
Sistema Viário 5, 11, 15, 72, 170, 173, 195, 198, 203, 205, 210, 212, 215

T

Trama Urbana 47, 141, 145, 146, 149, 152, 157

U

Urbanismo 1, 3, 4, 5, 6, 9, 11, 12, 13, 16, 28, 36, 61, 63, 101, 114, 129, 139, 142, 145, 159, 163, 167, 171, 175, 188, 190, 194, 195, 196, 197, 199, 201, 202, 203, 212, 213, 216, 217, 219, 221, 229, 230, 231, 234, 265, 267, 278, 284, 286, 287, 288, 291, 293, 294, 296, 307, 309
Urbanização 1, 3, 4, 7, 10, 11, 15, 18, 64, 67, 106, 112, 116, 117, 118, 130, 139, 143, 193, 196, 241

V

Vegetação 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 87, 106, 111, 114, 163, 173, 195, 272, 276, 278

ARQUITETURA E URBANISMO: ABORDAGEM ABRANGENTE E POLIVALENTE 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

ARQUITETURA E URBANISMO: ABORDAGEM ABRANGENTE E POLIVALENTE 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 